

GESTÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS A PARTIR DA ABORDAGEM TERRITORIAL: A PERCEPÇÃO DAS MULHERES RURAIS

MANAGEMENT OF RURAL PROPERTIES FROM A TERRITORIAL APPROACH: THE PERCEPTION OF RURAL WOMEN

Autor(es) Mariéli Helfer Gehring

Filiação UNISC

E-mail gehring@unisc.br

Autor(es) Fernando Batista Bandeira da Fontoura

Filiação UNISC

E-mail fbfontoura@unisc.br

Autor(es) Euselia Pavaglio Vieira

Filiação UNIJUI

E-mail euselia@unijui.edu.br

Grupo de Trabalho (GT): GT05. Agricultura familiar e relações de gênero no meio rural

Resumo

A pesquisa aborda a gestão de propriedades rurais a partir da percepção das mulheres vinculadas à Comissão de Mulheres Rurais do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul/RS. O público-alvo da pesquisa foi composto por mulheres participantes da Comissão de Mulheres do Sindicato, residentes em Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, municípios que compõem a base territorial do sindicato. O artigo está estruturado em capítulos que abordam o contexto de gênero no ambiente rural, a gestão de propriedades rurais a partir da abordagem territorial, metodologia, análise dos resultados e considerações finais. A metodologia utilizada foi a fenomenologia e foram realizadas 18 entrevistas com profundidade. A utilização do Arco de Maguerez permitiu a análise profunda das vivências das mulheres na gestão de suas propriedades. Os resultados apontaram que as mulheres reconhecem sua contribuição ativa na gestão e tomada de decisões dentro do núcleo familiar, elas frequentemente enfrentam a sobrecarga de tarefas, tanto domésticas quanto produtivas. Em relação às limitações, restritas ao grupo específico de mulheres da Comissão de Mulheres, sugerem que há um campo amplo para futuros estudos que explorem os desafios enfrentados por produtores e produtoras rurais na padronização de dados e na tomada de decisões mais informadas. Conclui-se que o fortalecimento das práticas de gestão nas propriedades rurais pode contribuir para maior equidade e sustentabilidade, promovendo o desenvolvimento das mulheres no campo e a melhoria na gestão.

Palavras-chave: Gestão de propriedades rurais. Mulheres na gestão rural. Abordagem territorial. Desenvolvimento Regional.

Abstract

The research addresses the management of rural properties from the perspective of women linked to the Rural Women's Commission of the Union of Family Farmers of Santa Cruz do Sul/RS. The target audience of the research was composed of women participating in the Union's Women's Commission, residing in Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol and Herveiras, municipalities that make up the territorial base of the union. The article is structured in chapters that address the context of gender in the rural environment, the management of rural properties from the territorial approach, methodology, analysis of results and final considerations. The methodology used was phenomenology and 18 in-depth interviews were conducted. The use of the Maguerez Arch allowed for an in-depth analysis of the experiences of women in the management of their properties. The results indicated that women recognize their active contribution in the management and decision-making within the family nucleus, they often face an overload of tasks, both domestic and productive. Regarding the limitations, restricted to the specific group of women in the Women's Commission, they suggest that there is ample room for future

studies that explore the challenges faced by rural producers in standardizing data and making more informed decisions. It is concluded that strengthening management practices on rural properties can contribute to greater equity and sustainability, promoting the development of women in the field and improving management.

Key words: Rural property management. Women in rural management. Territorial approach. Regional development.

1. Introdução

As estratégias de reprodução social no meio rural estão historicamente associadas à masculinização e ao êxodo de mulheres jovens, relacionadas à sucessão familiar, formação educacional e migração (Brumer; Anjos, 2012). No entanto, as mulheres vêm conquistando espaços e direitos, lutando pela igualdade de gênero e enfrentando as desigualdades presentes nas relações sociais, especialmente no campo, onde o trabalho feminino ainda é invisibilizado e desvalorizado (Saffioti, 1992; Scott, 2008). As relações de gênero, fortemente marcadas pela divisão sexual do trabalho, influenciam a organização das famílias rurais e as relações de poder (Scott, 2008). Mesmo diante dessas barreiras, as mulheres vêm desempenhando papel fundamental na gestão das propriedades rurais, assumindo responsabilidades administrativas e financeiras (Silva; Schneider, 2010; Rodigheri; Grzybovski; Silva, 2023).

Apesar disso, a desigualdade persiste: as mulheres administram apenas 8,5% da área rural brasileira e dedicam quase o dobro de horas semanais ao trabalho doméstico em comparação aos homens (IBGE, 2019). Essa sobrecarga reflete as desigualdades estruturais que limitam a autonomia feminina. Conforme Cardoso (2014), no meio rural os trabalhos produtivos e domésticos se confundem, e a mulher não é reconhecida por sua contribuição. A construção social do gênero reforça estigmas históricos que associam o feminino ao espaço privado, o que dificulta o acesso das mulheres aos espaços de liderança (Scott, 1995; Maihofer, 2016). A partir da análise dessas relações, percebe-se a importância de considerar as percepções das mulheres sobre sua participação na gestão rural, como estratégia para promover equidade e fortalecer o desenvolvimento local (Saffioti, 2015; Lerner, 2019).

A abordagem territorial na gestão das propriedades rurais reforça a importância da participação das mulheres como agentes fundamentais no desenvolvimento sustentável e equitativo do campo. Assim como as mulheres vêm lutando por reconhecimento, igualdade de gênero e autonomia na gestão econômica e financeira das propriedades (Saffioti, 2015; Scott, 1995), a governança colaborativa e a participação dos atores locais — incluindo comunidades, agricultores e instituições — são essenciais para decisões que promovam o bem coletivo (Cidade; Vargas; Jatobá, 2008). Essa integração fortalece estratégias de desenvolvimento baseadas na cooperação, na valorização cultural, na equidade e na sustentabilidade, possibilitando que tanto os desafios enfrentados pelas mulheres quanto as dinâmicas territoriais sejam abordados de forma conjunta e inclusiva (Fontoura; Tenório; Allebrandt, 2023; Flores, 2006).

Desta forma o ensaio questiona: Como a abordagem territorial pode contribuir para a gestão de propriedades rurais em economia familiar na percepção das mulheres vinculadas à Comissão de Mulheres Rurais do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul/RS? O artigo está organizado em 5 capítulos, a introdução, gênero no contexto rural e na gestão, gestão das propriedades rurais a partir da abordagem territorial, análise dos resultados e as considerações finais.

2. Referencial Teórico

2.1 Gênero no contexto rural e na gestão

A agricultura familiar corresponde a uma forma de organização da produção em que propriedade e trabalho estão diretamente ligados à família, a qual é a proprietária dos meios de

produção e também quem realiza o trabalho. Na economia rural familiar, culturalmente a mulher sempre foi vista de forma diferente, várias vezes sendo destinada para atividades associadas à manutenção e cuidados com o autoconsumo da família (Silva; Schneider, 2010). Como, por exemplo o quintal da casa sendo uma extensão da cozinha, território pertencente a mulher para cultivar temperos, medicamento naturais, legumes e verduras. As atividades de trato com animais de grande porte e com a roça são direcionadas aos homens, entretanto essa realidade passa por mudanças no meio rural (Brito; Augusto; Pinheiro; Machado, 2020).

Na gestão da propriedade rural, muitas vezes, os homens são vistos como os principais membros ativos desse segmento. Mas com mudanças que ocorrem na sociedade, as mulheres desempenham vários papéis e tarefas nas organizações internas, realizam o controle administrativo e a tomada de decisão, o que significa que elas estão envolvidas nas atividades de gerenciamento (Saffioti, 1992; Scott, 2008; Silva; Schneider, 2010).

Segundo Schneider, Godoy, Wedig e Vargas (2020) na faixa etária dos 16 a 25 anos, há um maior êxodo dos jovens, principalmente das mulheres. Relatam “os agricultores que as filhas saem de casa para estudar, trabalhar e/ou morar na cidade, ficando apenas alguns filhos homens” (Schneider; Godoy; Wedig; Vargas, 2020 p. 5). Afirmam que poucos jovens ficam na propriedade, pois se sentem atraídos por cursos e formações sem nenhuma ligação com a agropecuária, voltados para o trabalho na cidade.

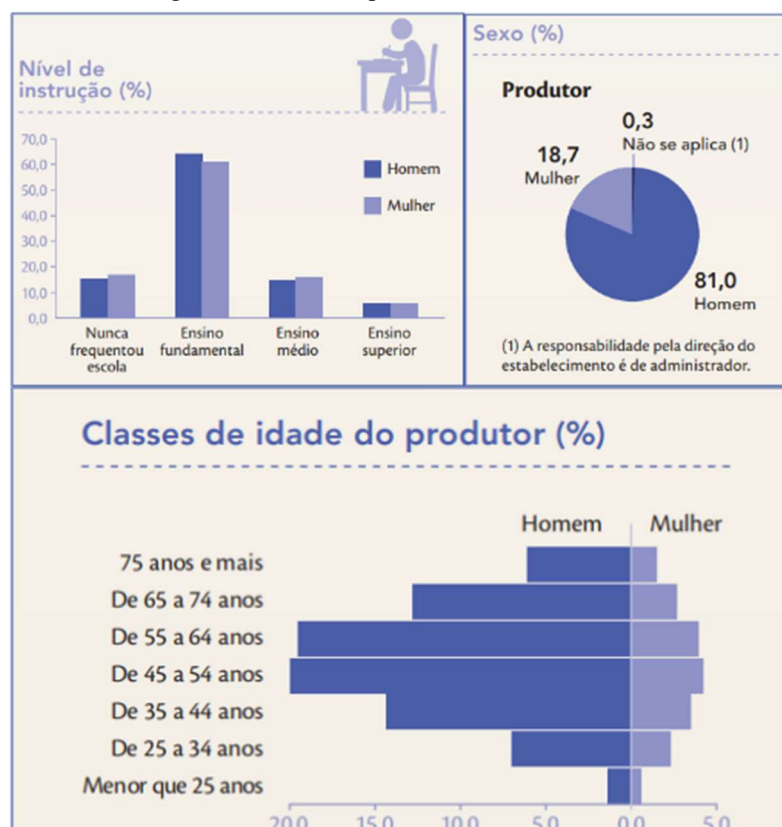
O Censo Agropecuário (2017) possibilita conhecer o perfil do produtor rural, fornece informações para que se analise a direção que a igualdade de gênero apresenta-se ao nível nacional. Observa-se a figura 01, perfil do produtor no Brasil, 77,4% dos homens sabem ler e escrever, e 75,2% das mulheres sabem ler e escrever, são 22,6% e 24,8% dos homens e mulheres respectivamente que não sabem ler e escrever. No Brasil, 81% dos estabelecimentos rurais é administrado por homens e somente 18,7% administrado por mulheres.

Em relação as mulheres que tem em torno de 40 a 65 anos, nas décadas em que estavam em idade escolar, as políticas públicas para educação rural eram incipientes ou insuficientes (Favareto, 2014). Escolas em áreas rurais eram escassas, pouco equipadas e de difícil acesso. Era comum que as crianças rurais abandonassem a escola para ajudar nas atividades agrícolas ou nos afazeres domésticos, especialmente as meninas, que enfrentavam maiores pressões sociais para priorizar responsabilidades familiares (Favareto, 2014; Caldart, 2009). As meninas eram muitas vezes desencorajadas a estudar, sendo esperado que desempenhassem papéis tradicionais, como cuidar dos irmãos menores.

Famílias de áreas rurais frequentemente priorizavam a subsistência e o trabalho agrícola em vez da educação formal. As condições econômicas limitadas dificultavam a compra de materiais escolares, transporte e até mesmo a continuidade nos estudos. A localização das escolas em áreas rurais era (e em muitos casos ainda é) distante das residências, e a falta de transporte dificultava o acesso (Favareto, 2014; Caldart, 2009). Até a década de 1990, políticas públicas voltadas para a educação no campo eram fragmentadas e pouco efetivas.

No estado do Rio Grande do Sul dos 363.624 mil produtores, somente 12,09% são mulheres, se comparado ao nível do país (observe a figura 01) 18,70% são mulheres. No Sul, o índice de mulheres nas propriedades rurais é de 10% a 15%. O maior índice nos estados da Bahia e Pernambuco de 25% a 30% (IBGE, 2017). Mesmo nos melhores índices o total de homens chega a 70% em relação as mulheres. Em relação a sua idade a maioria dos homens e mulheres possui em torno de 55 a 64 anos no Rio Grande do Sul e o maior índice a nível do Brasil é de 45 anos a 54 anos. O número de jovens é o menor apresentado, seja a nível do Rio Grande do Sul ou do Brasil, conforme figura 1.

Figura 1 - Perfil dos produtores rurais no Brasil



Fonte: Censo Agropecuário (2017)

A continuidade da propriedade rural, pensada em perpassar ao longo de várias gerações, é um dos fatores que influenciam a reprodução social no contexto da agricultura familiar. Segundo Spanevello (2008) os fatores como a aproximação entre o urbano e o rural, a modernização na agricultura familiar e as dinâmicas internas dentro do grupo familiar, alguns efeitos desses fatores como individualização do trabalho, sobreposição de valores individuais e diferenciação socioeconômica dos agricultores, afeta as perspectivas de continuidade. Como resultado a migrações, especialmente de jovens, devido à falta de perspectivas dos filhos em seguir na atividade rural, gerando assim um impacto negativo na sucessão familiar (Spanevello, 2008).

Para Brumer e Anjos (2012) as estratégias de reprodução social no meio rural e da agricultura estão ligadas a masculinização e o êxodo de mulheres jovens, pois essas estratégias se articulam na sucessão, formação educacional e profissional das filhas (os) e a migração desse lugar para outras regiões urbanas ou rurais.

No que tange a resistência e lutas das mulheres na história, vem consolidando-se a igualdade de direitos e ampliando-se diariamente, o movimento pela igualdade de gênero na vida das mulheres, novos espaços são conquistados. A trajetória das mulheres demonstra que as lutas pela eliminação de barreiras que lhes impedem de se desenvolver como pessoas também fazem parte. Além de lutas pela igualdade legal e contra as restrições dos seus direitos. As construções de gênero se expressam na divisão sexual do trabalho e são constituídas na prática social (Saffioti, 1992). As relações de gênero e de geração definem a divisão de trabalho nas famílias rurais e, a partir desta, as relações de poder (Scott, 2008). Diante dessa afirmação, torna-se importante destacar que o conceito de identidade sexual é diferente do conceito de gênero. Enquanto a identidade sexual se refere às características físicas e biológicas do

indivíduo, a identidade de gênero se refere à construção social do que é ser feminino e masculino (Scott, 2008).

As mulheres têm construído alternativas para superar o histórico preconceituoso que a coloca em situação desfavorável em relação a figura masculina (Saffioti, 1992; Scott, 2008; Silva; Schneider, 2010). Na gestão das propriedades rurais, as mulheres desempenham múltiplas funções e tarefas na organização interna, realizam controles administrativos e tomam decisões, isso significa que participam das atividades de gerenciamento (Rodigheri; Grzybovski; Silva, 2023; Silva; Schneider, 2010).

As mulheres administram aproximadamente 30 milhões de hectares de terras no Brasil, o que representa apenas 8,5% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais no país. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, as mulheres são proprietárias de apenas 19% desses estabelecimentos, enquanto os homens detêm 81%.

Além disso, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), as mulheres dedicam, em média, 21,4 horas semanais aos cuidados com pessoas e às tarefas domésticas, enquanto os homens destinam 11 horas semanais a essas atividades, resultando em uma diferença de 10,4 horas a mais para as mulheres. No que se refere ao mercado de trabalho, a taxa de ocupação das mulheres entre 25 e 49 anos que vivem com crianças de até três anos de idade foi de 54,6%, significativamente inferior à dos homens na mesma condição, que atingiu 89,2%. Esses dados evidenciam a sobrecarga de trabalho das mulheres, que conciliam a administração rural com responsabilidades domésticas e familiares, refletindo desigualdades estruturais de gênero no meio rural.

Em lares sem crianças nesse grupo etário, o nível de ocupação foi de 67,2% para as mulheres e 83,4% para os homens. As mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos de idade no domicílio apresentaram os menores níveis de ocupação: 49,7% (IBGE, 2019).

Para Elisabeth Maria Cardoso da ONG Articulação Nacional de Agroecologia (Cardoso, 2014, p. 01) “no campo, a agricultura, que é a atividade produtiva, se confunde com a doméstica. E a mulher não é reconhecida pelo trabalho produtivo, é como se não fizesse nada. Ao se ausentar, a mulher deve conseguir adiantar as obrigações do lar ou ter quem a substitua”. As mulheres rurais constantemente realizam a maior parte do trabalho domésticos, o que inclui a limpeza da casa, a preparação das refeições, o cuidado com crianças, idosos e enfermos, sem obterem um retorno financeiro ou reconhecimento adequado por fazer essas atividades.

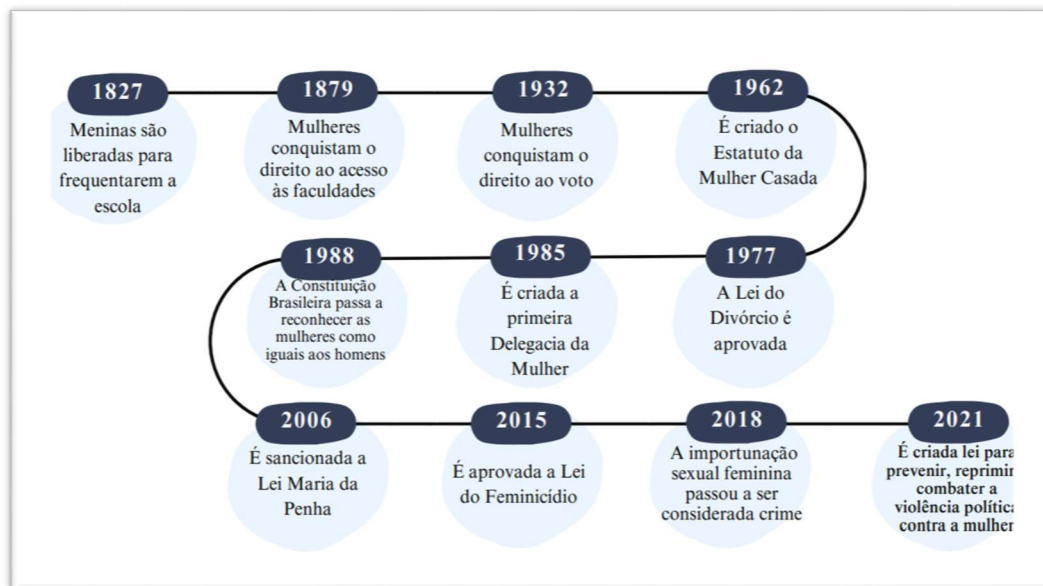
As relações de trabalho ganharam novos significados e complexidades a partir da inserção feminina no espaço organizacional. Existe um incentivo e mudança na sociedade no que se refere às conquistas femininas, mas ainda é possível encontrar espaços onde existe a distinção de gênero (Schneider; Godoy; Wedig; Vargas, 2020). No transcorrer da história, observa-se que as mulheres conquistaram alguns direitos, ocorreram mudanças em seu modo de pensar e agir, em parte deixaram de ser submissas aos homens para tentar ficar em condição de igualdade com ele.

As lutas das mulheres por igualdade de gênero na sociedade é data de séculos atrás. A começar pelas bruxas perseguidas na idade média, até as mulheres que foram às ruas protestar para conquistar o direito de votar. A partir disso, é necessário trazer alguns períodos importantes da humanidade das conquistas de mulheres que acompanharam o passar dos anos. Para ilustrar a trajetória das conquistas das mulheres até os dias atuais, buscou-se marcos importantes na garantia de direitos para mulheres no Brasil até os dias de hoje.

Conforme observa-se na figura 2, somente em 1827 as meninas são liberadas para frequentarem as aulas, em muitas sociedades antigas, o acesso à educação formal era designado aos meninos. No entanto, as meninas eram frequentemente direcionadas as atividades domésticas e ao cuidado com a família, recebiam educação em casa, focada em aprimorar suas habilidades com as atividades domésticas e a preparação para o casamento (OECD, 2019).

Conforme a Lei nº 13.104/2015 (Brasil, 2015), observa-se que somente em 2015 é aprovada a lei do feminicídio, visando combater e punir de forma mais específica os crimes de homicídio cometidos contra mulheres devido a sua condição de gênero. Ela reconhece que, em muitos casos, mulheres são mortas simplesmente por serem mulheres.

Figura 2 – Linha do tempo de conquistas importantes das mulheres no Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Saffioti (2015); OECD (2019); Brasil (1988).

A partir do ano de 2006 o Fórum Econômico Mundial divulga o índice sintético *Global Gender Gap Index* no seu relatório sobre as desigualdades de gênero. Esse índice tem como objetivo classificar os países a partir das diferenças de gênero, o Brasil no ano de 2023 encontra-se em 57º posição no ranking (World Economic Forum, 2023). Ressalta-se a importância de repensar meios e alternativas para pensar nas condições de vida das mulheres. A autonomia das mulheres é importante para combater a desigualdade de gênero, tornando-as capazes de tomar decisões e agir de forma independente, com base nos seus valores, interesses e com base na sua própria vontade.

Em 2019 as mulheres receberam salários menores, correspondente a 77,7% do rendimento dos homens. O rendimento mensal dos homens era de R\$2.555,00 e o das mulheres era de R\$1.985,00, uma diferença de 22,3%. Em relação as pessoas nos grupos ocupacionais com maiores rendimentos, a desigualdade é maior, ou seja, em cargos de Diretores e gerentes e Profissionais das ciências e intelectuais, as mulheres receberam, respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento ao comparar ao dos homens (IBGE, 2019).

Quando as mulheres têm o poder de tomar decisões sobre suas vidas, elas conseguem ter mais oportunidades de igualdade em diversos aspectos, como educação, trabalho e participação na tomada de decisão. Para Lencioni (1999) o meio social e físico está em conexão, o espaço é vivido e também é percebido de forma diferente de indivíduo a indivíduo. No que se refere sobre o processo de tomada de decisão é preciso pensar sobre a participação efetiva da mulher na gestão da propriedade rural.

Além disso, analisa-se os pontos importantes diante da mulher em relação a gestão. As mulheres vêm em busca de seu reconhecimento e espaço, na busca pela igualdade de gênero.

O desenvolvimento da agricultura no Período Neolítico fomentou a “troca de mulheres” intertribal, não apenas como um meio de evitar os

incessantes conflitos travados pelas alianças de consolidação do casamento, mas também porque umas sociedades com mais mulheres poderiam produzir mais filhos. Ao contrário das necessidades econômicas e das sociedades de caçadores-coletores, agricultores poderiam usar o trabalho de crianças para aumentar a produção e acumular excedentes. “Homens como grupo” tinham direitos sobre as mulheres e as “mulheres como grupo” não tinham os direitos sobre os homens, que se tornaram um recurso adquirido por homens tanto quanto as terras adquiridas por eles (Lerner, 2019, p. 365).

De acordo com Scott (1995), o termo gênero fez sua primeira aparição no movimento feminista norte americano, em que defendia que as diferenças baseadas no sexo biológico eram construções sociais. Sendo que, os debates acerca desse assunto se estenderam por todo o século XX. No Brasil, a partir da declaração da ONU em 1975, aonde os esforços estiveram voltados para a questão da igualdade das mulheres em relação aos homens, surgem os primeiros grupos feministas que lutam pela igualdade das mulheres, pela anistia e pela abertura democrática.

Destaca-se que, no século XX, o país passou por transformações profundas no âmbito demográfico, cultural e social, influenciando dessa forma diretamente no trabalho feminino, como a queda de fecundidade; redução no tamanho da família; envelhecimento da população brasileira, com maior expectativa de vida para as mulheres e aumento do número de famílias chefiadas por mulheres. Essas transformações demográficas aliadas às mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada ao trabalho produtivo (Brushini; Puppini, 2004).

Todos esses fatores explicam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho da mulher. Gomes (2005, p. 3) explica que “na antiguidade, a atribuição das tarefas domésticas exclusivamente as mulheres começou a solidificar-se como um aspecto decorrente da natureza do sexo feminino e como base para a rígida divisão do trabalho entre homens e mulheres”.

Nota-se a necessidade de definir o que é gênero, uma vez que alguns autores confundem gênero com mulher, como um sinônimo. Para Scott (1995), é uma causa perdida as pessoas que lutam para codificar o sentido que as palavras têm, assim como as ideias pretendem significar algo e por traz disso há uma história. Por isso a necessidade entender a complexidade do conceito de gênero. Saffioti (2015) define gênero como uma construção social e não pelo simples fato de biológico. O conceito de gênero para Scott (1995) é uma forma de explicar as relações sociais que ocorrem entre os sexos. Gênero não é apenas uma descrição de características femininas ou masculinas, mas característica que permite analisar como as identidades de gênero são socialmente construídas e sua contribuição nas dinâmicas de poder (Scott, 1995). Para Marques (2014), algumas categorias são construções sociais e não apenas divisões naturais do mundo.

É muitas vezes aceite que certas categorias, tipicamente as de gênero, raça, orientação sexual ou doença mental, são construções sociais e não divisões naturais no mundo. A distinção entre categorias naturais e categorias sociais, como pretende ser a distinção entre o sexo e o gênero, tem servido no âmbito da crítica e ciência social para advogar a abolição de certas normas sociais, e para a implementação de políticas mais equitativas. Contudo, há aspectos centrais do construtivismo que são pouco claros. O que é que se nega ao rejeitar que as categorias construídas socialmente são naturais? E o que significa dizer que essas categorias são construções sociais? E será de toda verdade que certas categorias, como o gênero, são sociais e não naturais? (Marques, 2014, p. 549).

Para Maihofer (2016) a construção social do gênero é seguida do risco de um estreitamento teórico que teria como objeto de análise somente os processos de construção social e, com estes, a comprovação acerca de onde e de como os gêneros vêm sendo construídos socialmente. A teoria social sobre gênero destaca que as “regras” de gênero são aprendidas através da sociedade e a interação entre a cultura que o indivíduo está inserido. Essa concepção desafia o ponto de vista tradicional que associa automaticamente características específicas a homens e mulheres com base em diferenças biológicas. Entretanto, sugere que as características e comportamentos que a sociedade considera “femininos” ou “masculinos” são socialmente construídos e podem mudar conforme as mesmas se transformam culturalmente (Saffioti, 2015; Scott, 2008).

Saffioti (2015), aponta que gera confusão em relação aos conceitos: igualdade, diferença, desigualdade e identidade.

Habitualmente, à diferença contrapõe-se a igualdade. Considera-se, aqui, errônea esta concepção. O par da diferença é a identidade. Já a igualdade, conceito de ordem política, faz par com a desigualdade. As identidades, como também as diferenças, são bem-vindas. Numa sociedade multicultural, nem deveria ser de outra forma (Saffioti, 2015, p.39).

As particularidades existem entre pessoas do campo e da cidade, entre o meio rural e o urbano decorrente principalmente sobre a influência das relações sociais nesses meios. As relações entre o campo e a cidade são discutidas ao longo da história, possuem diferenças além das geográficas, mas também diferenças sociais, econômicas e culturais.

As transformações nas esferas ambiental, social, cultural, e econômica e política da atualidade manifestam-se de maneira intrínseca nas discussões sobre o desenvolvimento rural e urbano, o que resulta em dinâmicas que interligam o campo e a cidade. A partir disso considera-se o campo e a cidade como espaços de experiências diversas, porém que se complementam pela diversidade que cada um oferece.

Ressalta-se a importância dessas relações entre o campo e a cidade, o meio rural e o urbano, mas, neste subcapítulo pretende-se discutir sobre o papel das mulheres no meio rural, aprofundando-se assim nesse assunto. Para Schwartz (2016) as mulheres são agentes que influenciam nas relações e na formação da ruralidade. A participação das mulheres na gestão é essencial para estabelecer a igualdade de gênero dentro de uma organização e, assim, contribuir para a igualdade na sociedade. Mas, há muitos obstáculos que precisam enfrentar para chegar em um cargo de liderança (Saffioti, 2015). As mulheres têm capacidade técnica e comportamental para lidar bem com as demandas de um cargo de liderança. As competências que formam o perfil de liderança das mulheres são essenciais para o momento dinâmico pelo qual os mercados de trabalho estão passando, principalmente influenciado pela transformação digital.

Compreende-se a importância da agricultura familiar, o quanto o processo de gestão é relevante para seu desenvolvimento e a participação das mulheres nesse processo, buscando por espaço e igualdade. Entende-se a relevância desses atores sociais no seu meio e suas interações para o desenvolvimento regional. É nesse contexto que a pesquisa visa contribuir nessa temática, pois, analisou o processo de gestão econômico-financeira de propriedades rurais e a percepção das mulheres em relação a sua participação na gestão econômica e financeira das propriedades rurais localizadas nos municípios Vale do Sol, Herveiras, Sinimbu e Santa Cruz do Sul, que estão localizados no estado do Rio Grande do Sul e fazem parte da base de extensão do sindicato.

2.2 Gestão das propriedades rurais a partir da abordagem territorial

O território é um conceito socialmente construído, resultante das interações e relações entre os indivíduos e seus meios de vida (Santos, 1997; Flores, 2006). Sua definição envolve uma multiplicidade de noções e perspectivas que podem ser observadas de diferentes formas, implicando em resultados diversos. Diferentemente de um endereço ou de uma mera denominação, o território não é estático; embora esses aspectos façam parte de sua composição, ele é definido pelas vivências, significados e relações que constroem identidades individuais e coletivas. Nesse sentido, o território é moldado por relações sociais e processos políticos, econômicos e culturais. No caso desta pesquisa, ele é representado pela percepção e pelas vivências das mulheres comprovadas

No início, o termo “território” estava relacionado à ciência natural sendo um delimitador do espaço para espécies da fauna e da flora. Depois outras áreas passam a usar o conceito, como a geografia e a sociologia, entre outras áreas (Flores, 2006). O conceito de território é diferente do conceito de espaço. Milton Santos analisa não só o espaço geográfico, mas a sua concepção sobre a sociedade. As diversas identidades, são construídas por grupos sociais diferentes em vários momentos históricos (Santos, 1997).

“O conceito de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço. Como resultado desse jogo de poder, se define uma identidade relacionada a limites geográficos ou ao espaço determinado” (Flores, 2006, p.4). O conceito de território é frequentemente discutido na geografia e em outras disciplinas. Neste sentido, o território surge como o resultado da ação social que se apropria de um espaço de forma física ou simbolicamente, e denominado esse processo de construção social.

O território é socialmente construído, resultado das interações e das relações entre os indivíduos e seus meios de vida. Para Santos (1997), o território é moldado pelas relações sociais, os processos políticos, econômicos e culturais. Além disso, destacava a importância das relações e poder que era estabelecida na organização dos territórios. O poder tinha um papel fundamental na definição das fronteiras, na utilização distribuição dos recursos e das desigualdades dentro do território, Santos (1997). “As desigualdades espaciais manifestam-se nos centros metropolitanos e urbanos, por meio da segregação, e, ainda, nas áreas rurais, articuladas de forma diferenciada aos processos de acumulação vigentes” (Cidade; Vargas; Jatobá, 2008, p. 14).

É importante destacar a existência de diferentes escalas de território, a interconexão dos territórios locais, regionais, nacionais e globais e a forma que estas escalas se influenciam respectivamente, Santos (1997). Entender essa visão em escala, auxilia na compreensão de que as ações e decisões tomadas em um determinado local tem consequências em outras escalas, Santos (1997). Ou seja, uma relação que estabeleça vínculos entre o local e o externo a localidade (regional, nacional ou internacional), fortalece mecanismos de regulamentação flexíveis e ágeis (Flores, 2006). Para Limonad (2004, p. 55), “a região seria uma resultante da construção histórica desta complexa coerência, construída a partir da dialética articulação (enfrentamento) de distintos processos sociais”, que possuem características específicas e que com isso determinam o espaço social e expressa os diferentes interesses dos agentes e atores envolvidos.

Na perspectiva do desenvolvimento econômico global e na perspectiva regional com o território e das regiões, entender local e regional como sinônimos, é um equívoco, pois são dimensões de escalas geográficas dimensionadas. Ao longo dos anos 1990, a dimensão territorial do desenvolvimento readquire relevância, ao mesmo tempo que há uma banalização e vulgarização da temática. A abordagem territorial na gestão de propriedades rurais busca reconhecer a interdependência entre as propriedades e o território, facilita o desenvolvimento rural de forma integrada, sustentável e participativa em toda sua particularidade e singularidade (Fontoura; Silva; Deponti, 2022; Etges; Degrandi, 2013; Flores, 2006). Esse segmento da

economia apresenta como uma das particularidades propriamente a gestão econômica e financeira que é objeto de estudo, juntamente com as questões de gênero.

O conceito de ordenamento do território, significa colocar o espaço em ordem. Na ordem dos interesses hegemônicos, fazer com que os espaços dos estados nacionais se tornem receptivos a internacionalização das grandes empresas. Santos (1997) passa a falar em configuração do território e não mais em ordenamentos, pensado em como se configura e como se ordena. Uma visão complementar é a perspectiva do território, que enfatiza os aspectos materiais e inclui um viés político. Para compreender as relações entre mudanças no regime de acumulação e dinâmica territorial e, também, o papel do Estado e das políticas públicas de desenvolvimento na configuração do território brasileiro, é necessário ir além das reflexões conceituais.

“O avanço da racionalidade e da ciência ocidental têm servido de base para um processo de desenvolvimento que se caracteriza por uma crescente produção de mercadorias e por um insaciável uso dos recursos da natureza” (Cidade; Vargas; Jatobá, 2008, p. 21.) O território é construído socialmente, onde as reações de poder estabelecem um papel importante na sua formação e organização. O conceito de território evolui ao longo do tempo e recebe influência dos processos sociais, culturais, políticos e econômicos em diferentes escalas, Santos (1997).

A abordagem territorial na gestão de propriedades rurais ressalta a importância das relações entre as propriedades e o território o qual estão inseridas. A gestão deve ser realizada de forma sustentável, não levando apenas em consideração os aspectos econômicos, mas também os aspectos ambientais e sociais com uma visão multidimensional (Fontoura; Silva; Deponti, 2022; Fontoura; Tenório; Allebrandt, 2023).

Um dos aspectos particulares é a questão do desenvolvimento desigual, que não se restringe a setores e ramos da economia, mas ocorre também no tempo e entre territórios. “A tendência à diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento teria como base histórica a divisão do trabalho na sociedade, que traria implícita a divisão territorial do trabalho” (Cidade; Vargas; Jatobá, 2008, p. 19). Os processos que se estabelecem no espaço em decorrência da dinâmica da acumulação contribuem para estabelecer uma configuração territorial em contínua mudança. “No caso de processos que se originam na escala mundial e se expandem pelos espaços nacionais, embora caiba evitar rebatimentos mecanicistas, é útil referir-se a tendências relativas à acumulação intensiva e à acumulação flexível e sua expressão espacial” (Cidade; Vargas; Jatobá, 2008, p. 20).

As dimensões do regime de acumulação, pode-se dizer que são apoiadas pelas fortes pressões na arena política, facilitadas pela disseminação de uma ideologia consumista e também pelo mercado que é altamente excludente. Dadas as diferentes dimensões, destaca a relevância da organização territorial que é pouco comentada. “A tirania da informação e a do dinheiro são apresentadas como os pilares de uma situação em que o progresso técnico é aproveitado por um pequeno número de atores globais em seu benefício exclusivo” (Santos, 2003, p. 1)

O regime de acumulação flexível transformou o debate sobre o meio ambiente e também dentro do contexto de uma nova divisão internacional do trabalho e as fronteiras dos estados nacionais. Neste contexto, há uma competição intensa entre os industriais, que buscam os locais mais vantajosos para maximizar os lucros, muitas vezes optando por áreas onde a mão de obra é mais em conta (Harvey, 1992). As indústrias, que costumavam estar concentradas em certos países, agora estão se dispersando pelo mundo, buscando instalar-se em estruturas mais ágeis e eficientes (Harvey, 1992). Esta flexibilização dos processos no território foi facilitada pelo avanço dos meios de comunicação, que permitem uma coordenação mais eficaz das operações em diferentes partes do globo (Harvey, 1992). Processos estes que refletem também nas discussões de cadeias longas e cadeias curtas na produção rural.

Na agricultura também ocorreu uma mudança na forma de produção, pois era principalmente voltada para a subsistência, ou seja, produzia alimentos para sustentar a população local através das trocas que ocorreriam. Os agricultores cultivavam uma variedade de culturas para garantir uma dieta diversificada e evitar a dependência de uma única fonte de alimento (Fontoura; Silva; Deponti, 2022). Nessas propriedades, é comum identificar três tipos de produção que coexistem: produção principal, produção secundária e produção para consumo próprio.

A produção principal é a atividade que gera a maior parte da renda da propriedade (Fontoura; Silva; Deponti, 2022). Geralmente, é planejada de forma estratégica para atender às demandas dos mercados e os produtos variam conforme as condições climáticas, o solo e a infraestrutura disponível. Podem ser culturas agrícolas comerciais como soja, milho, tabaco, arroz, feijão ou hortaliças específicas. Além das culturas agrícolas pode-se ter a produção animal intensiva ou semi-intensiva, como criação de gado, aves ou suínos. Essa produção é geralmente orientada para a venda e está sujeita a fatores externos, como preços de mercado, sazonalidade e políticas agrícolas.

A produção secundária inclui atividades complementares que ajudam a diversificar a renda da propriedade (Fontoura; Silva; Deponti, 2022). Embora menos significativa em termos de receita que a produção principal, ela desempenha um papel importante na estabilidade financeira do agricultor, reduzindo a dependência de uma única atividade. As produções podem variar conforme as propriedades, podemos ter como exemplo: produção de mel, ovos, leite ou pequenos animais como coelhos. Cultivo de culturas de menor escala, como frutas, ervas medicinais ou plantas ornamentais, artesanato ou produtos derivados da criação animal, como queijos, geleias e farinhas. Além de complementar a renda, a produção secundária também pode atuar como uma reserva em tempos de dificuldade com a produção principal.

Já a produção para consumo próprio é voltada à subsistência da família que vive na propriedade. Seu objetivo é garantir segurança alimentar e reduzir os custos com a compra de alimentos (Fontoura; Silva; Deponti, 2022). Pode-se utilizar como exemplo: hortas domésticas, com cultivo de vegetais, legumes e ervas. Criação de pequenos animais, como galinhas e porcos, para produção de carne, ovos e leite. Produção de grãos básicos, como feijão, arroz ou mandioca, dependendo da região. Essa prática é vital para o equilíbrio econômico, já que possibilita o reaproveitamento de recursos locais, como adubos orgânicos e restos de colheita.

A integração entre essas três formas de produção contribui para a resiliência econômica, reduzindo os impactos de flutuações de mercado ou condições climáticas adversas. A produção para consumo próprio diminui a dependência de insumos externos e aumenta a autonomia alimentar. A diversificação com produção secundária pode abrir novos mercados e criar oportunidades de nicho. Adotar práticas sustentáveis, como o uso eficiente da água e a rotação de culturas, pode maximizar os benefícios dessas produções, garantindo a viabilidade das pequenas propriedades rurais a longo prazo.

Para Toffler (1995), nas sociedades pré-industriais as pessoas produziam seus próprios alimentos, seus utensílios, suas roupas e o que era necessário para sobrevivência. Mas com a industrialização, mudanças ocorreram, e com isso o surgimento de um sistema que depende do capital e do consumo em massa. A industrialização passa a ser um fator predominante do desenvolvimento. Algumas consequências das revoluções industriais foram novas relações de trabalho, consolidação do capitalismo, êxodo rural, urbanização, avanços nas telecomunicações e transportes, aumento da capacidade produtiva e do consumo dessa produção, os impactos ambientais, entre outras.

Dentro de uma organização, a eficiência não é mais baseada no cronômetro como no período industrial, onde Taylor e Ford influenciaram os modos de produção (Tenório, 2011). Mas Tenório (2011) aponta Taylor e Ford como “jurássicos” do pensamento organizacional, e

partir disso reflete sobre o pós-fordismo que faz contraponto com o fordismo. Defende que “é a existência de uma combinação tecnológica oriunda de um e outro paradigma” (Tenório, 2011, p. 167). Neste sentido, Fontoura e Silva (2022, p. 01) discorrem “os controles organizacionais se desenvolveram de acordo com a própria dinâmica econômica, entretanto com carência na análise de fatores que influenciam as decisões de *mix* de produção, com base em uma visão unidimensional típica da sociedade industrial”.

Os desafios que aconteceram ao passar do tempo, podem ser reproduzidas diferentes respostas pelas teorias do desenvolvimento, conseguindo ser entendido por diferentes dimensões espaciais do desenvolvimento, seja o regional, urbano ou agrário (Favareto, 2022). É importante destacar que o conceito de desenvolvimento regional é complexo, pois é preciso entender que é multidimensional, multiescalar e transdisciplinar. Uma visão unidimensional, muito focada no crescimento econômico, muitas vezes não vai resultar em desenvolvimento ao pensar no longo prazo e no bem-estar da sociedade (Fontoura; Tenório; Allebrandt, 2023).

Em relação a rigidez da acumulação fordista, houve um rompimento e inicia-se uma fala de qualidade de vida, o indicador de desenvolvimento humano (IDH). Há diversidade e várias direções não somente uma linha única, inúmeras marcas no território mostram como o capitalismo interagiu nos regimes de acumulação; integrar para não entregar (Etges; Degrandi, 2013). A região se funde numa reflexão política de base territorial e com agentes ativos, os quais tem interesses identificados nas comunidades, é uma discussão entre limites de autonomia em face de um poder central. Para Limonad (2004, p.59), “o desenvolvimento regional estaria relacionado ao que designa de coerência regional, formulada historicamente pelos movimentos dos diversos atores, capital, Estado e as diferentes classes sociais em disputa pelo espaço”. Quando ocorre a evasão de um dos atores, há um risco a coerência e pode resultar em um processo de des-re-territorialização. Conduzir a novos arranjos e uma reorganização do espaço social, torna passadas as regionalizações pré-existentes e faz com sejam refletidas novas formas de regionalização (Limonad, 2004).

Na segunda metade do século XX, a discussão sobre o desenvolvimento regional no Brasil recebeu atenção especial. Para Etges e Degrandi (2013) a destaque para duas visões do desenvolvimento regional: a que elimina as diferenças regionais (a visão hegemônica) e a forma de enxergar a diversidade regional como potencialidade para o desenvolvimento, com a intensão de promover equidade social. Na primeira visão as regiões são entendidas como derivações de processos gerais e muitas vezes suas características internas e particulares foram colocadas em segundo plano. Na segunda visão as diversificações regionais são vistas como potencialidades, ou seja, a maneira de ver a diversidade regional como um potencial para o desenvolvimento, com o objetivo de promover a equidade social. (Etges; Degrandi, 2013).

A abordagem territorial na gestão de propriedades rurais ressalta a importância das relações entre as propriedades e o território o qual estão inseridas. A gestão das propriedades rurais sob a abordagem territorial envolve a integração das atividades sociais e seus interesses. Deve-se levar em consideração as relações sociais entre as propriedades e seu entorno, neste sentido inclui-se outras propriedades rurais, instituições locais, comunidades, recursos naturais, áreas urbanizadas, entre outros.

O planejamento e a configuração do território auxiliam na promoção da sustentabilidade, no crescimento econômico equilibrado, desenvolvimento social e na conservação de recursos naturais. Há necessidade de “participação dos atores locais no planejamento e gestão do desenvolvimento do território, que exige uma significativa descentralização política, nem sempre percebida em diferentes países, particularmente entre os não desenvolvidos” (Flores, 2006, p. 12).

A participação dos atores locais e a governança colaborativa, significa envolver os agricultores, as comunidades, as instituições e todos os demais interessados nas tomadas de

decisões e na estratégia de desenvolvimento territorial. A participação e a governança colaborativa contribuem para a construção de consensos, a promoção da equidade e a garantia de que as decisões tomadas considerem os interesses de todos os envolvidos neste processo (Cidade; Vargas; Jatobá, 2008; Etges; Degrandi, 2013).

A construção de processos baseados na inovação e na cooperação, fortalecem planos estratégicos territoriais, pensados na economia local, a partir de conflitos existente. Para Flores (2006, p. 10) “entende-se que, antes de tudo, é importante a explicitação dos conflitos existentes localmente para que, a seguir, procure-se formas de entendimento, negociadas, em busca da construção de processos de cooperação que sejam significativos para todos os atores”.

A abordagem multidimensional, os desafios e as oportunidades que os agricultores enfrentam além dos aspectos econômicos. Nessa abordagem multidimensional, são consideradas as dimensões sociais, ambientais e culturais, procurando promover o desenvolvimento rural de forma sustentável e integrada. Para isso, deve-se envolver a valorização da cultura local, a preservação do patrimônio natural, a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e a melhoria da qualidade de vida onde as propriedades estão inseridas (Fontoura; Tenório; Allebrandt, 2023).

A abordagem territorial na gestão de propriedades rurais traz a importância da cooperação e das parcerias entre os diferentes atores locais. Pode-se incluir a colaboração entre propriedades rurais vizinhas, a articulação com instituições locais, a criação de redes de colaboração e o estabelecimento de acordos e parcerias para o desenvolvimento conjunto do território. A cooperação e as parcerias contribuem para a troca de conhecimentos, o compartilhamento de recursos, informações e a promoção de iniciativas coletivas que beneficiam o território como um todo (Fontoura; Silva; Deponti, 2022).

A gestão deve ser realizada de forma sustentável, não levando apenas em consideração os aspectos econômicos, mas também os aspectos ambientais e sociais. Ela pode estar relacionada à implementação de políticas públicas, programas de incentivo, parcerias com outros setores e à promoção de atividades econômicas complementares (Fontoura; Silva; Deponti, 2022). A abordagem territorial para a gestão econômica e financeira de propriedades rurais ressalta a importância das relações entre as propriedades e o território o qual estão inseridas, sendo um elemento central no planejamento e desenvolvimento rural. Essa abordagem leva em conta não apenas as características específicas da propriedade, mas também o contexto mais amplo em que está inserida, incluindo aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos da região.

3. Metodologia

A metodologia combina abordagens exploratória e descritiva para investigar a percepção das mulheres sobre a gestão de propriedades rurais a partir da abordagem territorial. Foram realizadas entrevistas em profundidade para compreender, de forma mais detalhada, as experiências e percepções dessas mulheres. Fundamentada na fenomenologia de Husserl, a pesquisa valorizou as vivências individuais como fenômenos internos da consciência, buscando interpretar os sentidos atribuídos pelas mulheres à sua atuação no meio rural. Os procedimentos metodológicos incluíram entrevistas semiestruturadas, com foco na rotina das participantes e nos fatores subjetivos que influenciam sua participação na gestão das propriedades. Assim, a pesquisa se volta ao entendimento do indivíduo em sua relação com o espaço vivido, articulando dimensões materiais e psicológicas no contexto do desenvolvimento regional.

Como procedimento de análise de dados, utilizou-se Arco de Maguerez, que é um método desenvolvido por Charles Maguerez e é constituído das seguintes etapas: observação da realidade, pontos-chave, teorização, hipóteses de solução (possibilidades de solução) e aplicação da realidade. O arco de Maguerez é indicado para problematização crítica dos

processos sociais como base teórica dos pressupostos da gestão social e agenda da Cepal (Berbel; Gamboa, 2011).

A participação ativa de 12 das 18 mulheres entrevistadas em diferentes grupos e comissões dentro de suas comunidades demonstra a relevância da interação coletiva na troca de conhecimentos e no fortalecimento social. Esses grupos, como por exemplo, diretorias comunitárias, comissões de aposentados do sindicato e grupos de mulheres das próprias comunidades, funcionam como espaços de diálogo, aprendizado, troca de experiências e apoio mútuo, promovendo o fortalecimento dessas mulheres e o desenvolvimento local.

Trabalhou-se a percepção das mulheres sobre sua participação na gestão econômica e financeira de propriedades rurais, pensando a perspectiva para uma compreensão do indivíduo que vive no espaço em questão, colocando no centro da análise, pois os aspectos psicológicos se relacionam diretamente com o espaço material (Lencioni, 1999). Voltar-se ao interior e não ao exterior da pessoa, a forma em que os indivíduos passam pela experiência através da sua consciência. Segundo Husserl (2001), o que acontece com as pessoas e a vivência que elas passam são fenômenos interiores que acontecem dentro da sua consciência. São os objetos exteriores condições de caminhos para criação da percepção.

4 Análise dos resultados

Dentro desse território, a interação ocorre por meio de reuniões periódicas, eventos comunitários ou até mesmo ações conjuntas que possibilitam a troca de experiências sobre desafios e soluções voltadas para o cotidiano rural. A partir dessas conexões, as mulheres ampliam sua rede de contatos, acessam informações, como técnicas agrícolas e de gestão, fortalecendo sua capacidade de atuação na propriedade rural.

A vinculação com a gestão da propriedade rural se dá na medida em que o conhecimento adquirido nesses grupos é aplicado diretamente na gestão, na diversificação da produção e na busca por maior autonomia. Além disso, a participação nesses espaços estimula a organização coletiva e o acesso a oportunidades, como capacitações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Dessa forma, a interação entre elas e com outras pessoas contribui significativamente para o desenvolvimento das propriedades rurais e para a valorização das mulheres no meio rural.

Ressalta-se a importância descrita pelas entrevistas sobre a produção de culturas e criações de animais para o consumo próprio do seio familiar. Relatam que a produção de hortaliças em suas propriedades rurais, que na sua maioria é por elas mesmas cultivadas, desempenha um papel essencial na segurança alimentar e na nutrição das famílias. Essas hortas, voltadas principalmente ao consumo próprio, são uma fonte de alimentos frescos, variados e de alta qualidade.

O envolvimento das mulheres nesse contexto está associado a práticas cuidadosas e sustentáveis, que valorizam tanto a saúde familiar quanto a preservação ambiente em que estão inseridas. As mulheres, em muitas dessas propriedades, utilizam técnicas de cultivo orgânico ou com baixo uso de insumos químicos, priorizando o uso de compostagem e biofertilizantes. A rotação de culturas e a consorciação de plantas ajudam a manter a fertilidade do solo e a minimizar pragas e doenças de forma natural. As hortas descritas em sua maioria são altamente diversificadas, incluindo folhas (alface, couve), frutos (tomate, pimentão), raízes (cenoura, beterraba, mandioca) e ervas (coentro, salsa, chás). Essa variedade contribui para uma dieta equilibrada e rica em nutrientes, com diferentes fontes de fibras, vitaminas e minerais.

Conhecimentos adquiridos referente ao cultivo dessas hortaliças também derivam dos encontros que as mulheres participam, a maioria das mulheres demonstrou que possuem um vasto conhecimento tradicional sobre cultivo, manejo de solo e uso de plantas medicinais,

transmitido por gerações. Elas adaptam essas práticas às condições locais, inovando com recursos disponíveis.

Outro fator importante mencionado pelas mulheres foi que além de garantir a segurança alimentar, a produção de hortaliças permite economia ao reduzir a dependência da compra de alimentos. O excedente pode ser compartilhado com vizinhos ou vendido em pequenas feiras, gerando renda adicional para a família.

A prática de criação de animais como suínos, aves e bovinos em pequenas propriedades rurais também foi descrita pelas mulheres pesquisadas, voltada para a diversidade da dieta e na sustentabilidade familiar. Essa prática, é para o consumo próprio e reflete o cuidado e o compromisso das mulheres com a qualidade dos alimentos que produzem, priorizando métodos de manejo que aliam sustentabilidade, saúde animal e bem-estar familiar.

Dentro das criações de animais descritas, destacam-se a criação de galinhas, bovinos e suínos. Criados principalmente em sistemas semi-intensivos, os suínos fornecem carne de alta qualidade. Já as galinhas são criadas soltas ou em sistemas de semi-confinamento, o que garante ovos e carne frescos, com sabor superior devido ao manejo natural. Os bovinos criados para consumo próprio frequentemente incluem raças adaptadas ao ambiente local, com foco na produção de leite e carne para a família. Na figura 3 apresenta-se um esquema com essas produções e criações.

Figura 3– Produção de Culturas e Criação de Animais para Consumo Próprio



Fonte: Elaborado pelos autores, (2025).

As mulheres também relataram um cuidado com a alimentação dos animais, garantindo o equilíbrio entre produtividade e bem-estar. Relatam que os resíduos gerados pela criação, como esterco, são frequentemente reaproveitados como adubo orgânico em suas hortas,

promovendo um ciclo produtivo sustentável. Práticas como a integração entre a agricultura e pecuária auxiliam na otimização de recursos disponíveis na propriedade, garantindo a segurança alimentar da família, sendo o excedente, na maioria das vezes, vendido, gerando renda extra para a família. Pelas falas das mulheres percebe-se um crescente reconhecimento delas no meio rural o que fortalece sua posição como gestoras de práticas produtivas de qualidade, garantindo alimentos saudáveis para suas famílias e contribuindo para a sustentabilidade das pequenas propriedades.

Entre os sentimentos e palavras mais mencionados durante as entrevistas, destacaram-se "trabalho", "sobrecarga" e "realização". A palavra "realização" foi amplamente citada, refletindo o contentamento das entrevistadas com a profissão que escolheram, mesmo diante das dificuldades e da carga de trabalho elevada. Segue relato da entrevistada 04: *“É muito gratificante porque eu posso administrar e faço a frente para fazer as coisas aqui dentro da propriedade e não posso me queixar sinto muito orgulho daquilo que eu tenho e sei também do que eu quero conseguir ainda e o que eu tenho hoje eu amo”*. Elas relataram sentir uma profunda satisfação e felicidade por estarem inseridas no meio rural, destacando o apreço pelo trabalho com a terra, o plantio e pelo papel de gestoras no contexto da propriedade rural.

Observa-se que as mulheres rurais, ao realizarem uma autoanálise, identificam uma variedade de sentimentos, necessidades e aspectos que compõem sua vida e bem-estar. A entrevistada 05 destaca: *“Eu moro em um lugar muito tranquilo eu gosto muito do lugar que eu moro e isso me faz sentir bem porque me ajuda na qualidade de vida que eu tenho, na cidade é muita agitação como é muita agitação as próprias pessoas já ficam mais ansiedades com tudo. Mas, como é que eu vou te dizer, eu me sinto assim muito bem olha eu sou eu não quero puxar o assado para o meu lado como se diz né, mas as pessoas me procuram para participar de quase todas as atividades da Comunidade e os doentes gostam de mim me chamam porque eu ajudo muito eles, inclusive na pandemia eu ajudei muito! Quase tive que subir num coqueiro para conseguir um sinal de celular porque não tínhamos internet nem luz nem nada. Mas, conseguimos a partir da internet do telefone a gente conseguiu medicação”*. Esses elementos refletem uma interação complexa entre diferentes dimensões, como saúde, família, trabalho e realização pessoal.

Embora reconheçam que o caminho percorrido não foi fácil — e que os desafios persistem até os dias atuais —, mas, elas expressaram orgulho de suas trajetórias. Outro aspecto relevante identificado nos relatos foi o senso de comunidade entre as mulheres rurais, que frequentemente se comunicam, compartilham problemas e discutem soluções, criando uma rede de apoio e incentivo mútuo. Esse intercâmbio de experiências fortalece a gestão das propriedades e contribui para a superação das dificuldades enfrentadas no cotidiano. Segue o relato da entrevistada 13 sobre sua experiência com o grupo: *“Nossa eu acho que seu olhar como eu era 10 anos atrás e como eu sou hoje eu acho que não é mais a mesma pessoa. Porque eu era uma pessoa muito isolada no meu cantinho e eu ficava muito em casa, era só da casa para roça, da roça para casa. A gente tinha muito trabalho para fazer, muito serviço, e a gente tinha as nossas dívidas para pagar também. E aí um dia uma moça da Emater veio aqui procurou e a gente fez um grupo de mulheres, de mulheres que estavam na mesma vibe que eu. E aí a partir do momento que eu comecei a participar mais dos encontros desse grupo eu comecei a abrir mais a minha cabeça, eu comecei a aprender coisas novas, comecei a fazer cursos porque eu sempre fui muito curiosa. Eu nunca pensei assim eu não quero aprender mais porque eu já tô velha ou porque eu sou da roça não preciso aprender. Então hoje eu vejo que eu já consegui superar muita coisa, inclusive eu consegui concluir o ensino médio, para mim, isso foi uma conquista muito grande só que muitas vezes eu achei que eu não era capaz de conseguir essa vitória, mas eu consegui”*.

Os aspectos mencionados indicam que as mulheres rurais percebem sua realidade de maneira multifacetada, incluindo elementos positivos, como satisfação, alegria, amor, cuidado, e realização, assim como desafios, como sobrecarga. A centralidade de conceitos como "trabalho" e "realização" sugere que a atividade laboral demanda muita atenção de suas vidas, tanto como fonte de identidade e propósito quanto de esforço e pressão. Além disso, a presença de conceitos como "saúde" e "felicidade" revela a importância do bem-estar físico e emocional nesse contexto.

No que tange autoanálise das mulheres no processo de gestão e tomada de decisão, elas sentem-se ativas e participativas, discutem sobre os assuntos financeiros e econômicos e utilizam-se de estratégias argumentativas, sempre pensando no bem-estar da família como um todo. Elas têm uma visão multidimensional da propriedade rural, pois como estão em todas as frentes conseguem articular da melhor forma possível. Elas se percebem como figuras centrais nesse processo e não como auxiliares. Portanto, a autoanálise dessas mulheres aponta para uma tentativa de equilibrar múltiplos papéis sociais e demandas, muitas vezes associadas à vida rural, destacando os valores relacionados à família, amor e dedicação, mas também os desafios relacionados ao esforço e à sobrecarga de responsabilidades.

5. Considerações finais

A análise dos resultados evidencia que a abordagem territorial aplicada à gestão de propriedades rurais, especialmente com foco na participação feminina, contribui significativamente para o fortalecimento das dinâmicas locais, promovendo o desenvolvimento rural sustentável. A integração entre as formas de produção – para o consumo próprio, para o mercado e secundária – aliada à adoção de práticas sustentáveis, reforça a resiliência econômica e social das propriedades, ao mesmo tempo em que valoriza o saber tradicional e a autonomia das famílias.

Destaca-se que os aspectos teóricos e metodológicos da abordagem territorial descritos na Geografia e no Desenvolvimento Regional reforçam de forma sinérgica a problemática do ensaio, visto que os aspectos multidimensionais da abordagem territorial conversam com a literatura estudada no sentido de se pensar as construções históricas de gênero, de raça, de gestão dos recursos naturais e de organização da produção, inclusive descritos como fatores estruturantes para o Desenvolvimento Regional (CEPAL, 2014;2020).

A participação ativa das mulheres em grupos comunitários demonstra o poder da organização coletiva na construção de redes de apoio, acesso a conhecimento e geração de oportunidades. A fenomenologia aplicada permitiu compreender as experiências subjetivas das mulheres, evidenciando como suas ações no cotidiano das propriedades têm impactos concretos na economia familiar, na preservação ambiental e na coesão social do território. Dessa forma, a articulação entre os aspectos individuais e coletivos, culturais e produtivos, reforça a importância de se considerar as múltiplas dimensões do desenvolvimento, respeitando a diversidade regional e promovendo a equidade. A valorização do papel das mulheres no campo, portanto, emerge como elemento central para pensar estratégias de desenvolvimento que integrem inovação, tradição, sustentabilidade e justiça social.

Destaca-se que a participação de mulheres rurais em grupos comunitários e comissões, é fundamental para troca de conhecimentos e no fortalecimento social. Esses espaços promovem o diálogo, o aprendizado e a cooperação mútua, contribuindo para o empoderamento feminino e o desenvolvimento local. No território analisado, essa interação ocorre por meio de reuniões, eventos e ações conjuntas, permitindo o compartilhamento de experiências sobre desafios e oportunidades que o meio rural oferece, exemplos disso são os encontros da Comissão de Mulheres Rurais. O conhecimento adquirido nesses espaços reflete diretamente na gestão da propriedade rural, possibilitando uma melhor organização produtiva e o

fortalecimento da autonomia feminina. Além disso, a participação nesses espaços proporciona o acesso a capacitações, promovendo o desenvolvimento sustentável das propriedades e também a valorização das mulheres no meio rural.

Por fim, destaca-se que estudar a participação da mulher na gestão das propriedades rurais a partir da abordagem territorial é de fundamental importância para se entender e pensar possibilidades neste campo de organização da produção primária tão importante para produção de alimentos no Brasil como a agricultura familiar, abrindo horizontes para se pensar em termos econômicos, estruturais e culturais.

Uma agenda de pesquisa emerge destas reflexões que contemplam entre vários outros fatores a gestão da propriedade, suas possibilidades de atuação, o planejamento e controle, a diversificação e a produção sustentável, a inclusão de gênero, enfim o desenvolvimento organizacional rural já defendido por Souza (2012) todos estes aspectos alinhados à visão da gestão e do planejamento territorial, foco deste estudo.

REFERÊNCIAS

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. *Metodologia da problematização*: fundamentos e aplicações. Londrina: Editora UEL, 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 nov 2023.

BRASIL. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista nera*, [S. l.], n. 12, p. 6–17, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396>. Acesso em: 23 nov. 2023.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>. Acesso em: 30 jun. 2024.

CARDOSO, Elisabeth Maria. *Mulheres do campo lutam para derrubar barreiras e preconceitos*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/mulheres-do-campo-lutam-para-derrubar-barreiras-e-preconceito>. Acesso em: 26 nov. 2023.

CIDADE, Lucia C.F.; VARGAS, Gloria M.; JATOBÁ, Sergio U. Regime de acumulação e configuração do território no Brasil. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, 20 p.13-35, 2º sem. 2008.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). Pactos para a igualdade: rumo a um futuro sustentável. Síntese. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2014.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odím. *Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade*. RBDR, Blumenau, v.1, n.1, p. 85-94, abril. 2013

ETGES, Virgínia Elisabeta. A região no contexto da globalização: *o caso do Vale do Rio Pardo*. In: VOGT, Olgário; SILVEIRA, Rogério. Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

FAVARETO, Arilson. A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo. *Educação & Sociedade, Campinas*, v. 35, n. 129, p. 1083-1102, out./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014144331>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FAVARETO, Arilson. O Desenvolvimento Regional em Perspectiva – *Uma abordagem Territorial baseada na tríade Atores, Ativos e Instituições*. In: SILVEIRA, Rogério; KARNOPP, Erica. (Orgs.) Atores, ativos e instituições: o desenvolvimento regional em perspectiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. Disponível em: <http://observadr.org.br/portal/e-books/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - *Uma visão do estado da arte*. Santiago, Chile: RIMISP, 2006.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da; SILVA, Luis Carlos Alves da; DEPONTI, Cidonea Machado. *Contabilidade e gestão: abordagem para o desenvolvimento rural*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da; TENÓRIO, Fernando Guilherme; ALLEBRANDT, Sergio Luís. O pensamento da CEPAL para o desenvolvimento regional: interfaces com a gestão social. *Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional*. V.19, Taubaté, São Paulo. Nº2, Mai-Ago/2023. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/6476/1305/16483>. Acesso em: 17 set. 2023.

GOMES, Almiralva Ferraz. O outro no trabalho: mulher e gestão. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1-9, jul. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36522/39243>. Acesso em: 20 set. 2022.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

IRATA, Helena. Globalização, trabalho e gênero. *Revista de Políticas Públicas*, v. 9, n. 1, p. 111–128, 25 Jul 2015 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770>. Acesso em: 10 jun. 2023.

HUSSERL, Edmund. *A ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Quantidade de homens e mulheres*. 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-dehomens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,51%2C8%25%20de%20mulheres>. Acesso em: 16 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo agropecuário 2017*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. São Paulo: EDUSP, 1999.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

LIMONAD, Ester. Brasil séc. XXI. Regionalizar para que, para quem? In: LIMONAD, et al. Brasil Século XXI: por uma nova regionalização. São Paulo: Max Limonad, 2004.

MAIHOFER, Andrea. O gênero como construção social - uma consideração intermediária. *Revista Direito e Práxis, [S. l.]*, v. 7, n. 3, p. 874–888, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25362>. Acesso em: 1 dez. 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. *Education at a glance 2019*. 2019. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2019_f8d7880d-en.html. Acesso em: 28 nov. 2023.

RODIGHERI, Regina; GRZYBOVSKI, Denize; DA SILVA, Maicon H. Gestão de propriedades rurais familiares: dificuldades, desafios e sucessão. *Organizações Rurais & Agroindustriais, [S. l.]*, v. 25, p. e1980, 2023. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/1980>. Acesso em: 30 set. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma Questão de gênero. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão popular, 2015.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: *a formação social como teoria e como método*, Boletim Paulista de Geografia, nº 54, 1977.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização - do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCOTT, Joan. *Gênero e história*. México: Universidade Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995.

SILVA, Luis Carlos Alves da; FONTOURA, Fernando; MELLO, Lavínia Lopes de; DEPONTI, Cidonea Machado. Diversificação rural: a importância para agricultura familiar da produção para autoconsumo na cultura do tabaco. Seminário Internacional em Desenvolvimento Regional, 13 set. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/19282/1192612725>. Acesso em: 21 jun. 2024.

SOUZA, Renato. *A condição organizacional: o sentido das organizações no desenvolvimento rural*. Santa Maria/RS: Ed. da UFSM, 2012. 280p

TENÓRIO, Fernando. Guilherme. A unidade dos contrários: fordismo e pós-fordismo. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, RJ, v. 45, n. 4, p. 1141 a 1172, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7030>. Acesso em: 6 nov. 2023.

TOFFLER, Alvin. *Powershift: as mudanças do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record. 1995.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Gender Gap Report 2023: Benchmarking gender gaps 2023*. 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/global-gender-gap-report-2023/in-full/benchmarking-gender-gaps-2023/>. Acesso em: 28 nov. 2023